



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA  
– CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2022

## **1. PRODUTO**

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

## **2. ENQUADRAMENTO**

### **2.1 Resultado**

**Resultado 1.3:** Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das Transferências Discricionárias e Projetos pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

### **2.2 Atividade**

**Atividade 1.3.3.** Desenvolver propostas de revisão dos processos e ações utilizados na implementação das transferências discricionárias e projetos com vistas ao melhor desempenho da missão do FNDE no alcance das metas e estratégias para o novo ciclo do PNE.

## **3. JUSTIFICATIVA**

A missão do FNDE presume sua atuação de modo colaborativo com diversos atores, sendo a adequada interlocução com esses atores primordial para que os objetivos institucionais sejam alcançados. Compreender as necessidades e a percepção desses atores em relação à atuação do FNDE é fundamental para propor melhorias e fortalecer a governança.

A análise qualitativa e quantitativa das demandas recebidas no FNDE e das condições com que são prestados atendimentos antes, durante e depois da interlocução com atores parceiros é caminho que permite conhecer o ambiente do atendimento e, sobretudo, riscos e oportunidades de melhoria.

Os resultados dessas análises propiciam: a) qualificação das equipes dedicadas aos atendimentos; b) definição de metodologias e construção de materiais de referência; c) aprimoramento da carta de serviços ao cidadão; d) melhoria da gestão do conhecimento, promovendo maior eficiência nos atendimentos; e) redução de riscos de conflito de informação; e f) fortalecimento dos princípios inerentes à atividade.

A partir do cenário já delineado em produtos anteriores, verifica-se que cerca de 70% das demandas recebidas nos atendimentos realizados na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos (DIGAP) dizem respeito ao pedido de pagamentos de parcelas de obras e dos demais itens cadastrados no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR. Diante disso, faz-se necessário o delineamento do cenário de atendimentos ante a capacidade administrativa, orçamentária e financeira da Autarquia para dar vazão às

demandas realizadas.

Para isso, duas dimensões do atendimento precisam ser devidamente observadas: aquela relacionada ao aspecto qualitativo dos atendimentos realizados; e aquelas relacionadas ao aspecto orçamentário e financeiro, mais resolutivo, das demandas recebidas, atribuída a profissional de áreas de administração. Em ambos os casos, é fundamental que se conte com experiência nas respectivas áreas de formação, bem como com conhecimentos técnicos do funcionamento dos sistemas do FNDE que permitem a extração dos dados que subsidiarão as análises e relatórios a serem apresentados pelos consultores.

#### **4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Gerar subsídios para o estabelecimento de diretrizes e ações de comunicação por meio da análise detalhada das demandas apresentadas à Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos (DIGAP), bem como dos atendimentos realizados baseado nas demandas oriundas do Plano de Ações Articuladas, visando o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

#### **5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:**

##### **5.1 Especificação**

- a) Elaborar relatório dos termos de compromisso vigentes que aguardam adoção de providências por parte do FNDE ou por parte dos gestores municipais para que a execução orçamentária e/ou financeira seja concluída.
- b) Analisar os resultados das demandas encontradas, apresentando estudo propositivo que possibilitem uma apresentação estratégica das demandas e das soluções apresentadas.

#### **6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO**

##### **a. Formação acadêmica**

- a.1 Diploma de conclusão de curso superior em relações públicas ou administração, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.
- a.2 Pós-graduação em relações públicas, comunicação, gestão pública ou ciência política, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

##### **b. Exigências Específicas**

- b.1 Obrigatório: experiência comprovada de 5 anos em cargos de nível superior em órgãos públicos.
- b.2 Desejável: experiência comprovada em consultorias em organismos internacionais.

## **7. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS**

### **7.1. Produtos**

<b>Produto</b>	<b>Data para Entrega</b>
<b>Documento técnico “A”</b> – Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados: BA, CE, AL, SE, MA, RN e PB incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	30 dias após a assinatura do contrato.
<b>Documento Técnico “B”</b> - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados: PI, AL, DF, MG, ES, RJ e SP incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	60 dias após a assinatura do contrato.
<b>Documento Técnico “C”</b> - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados: RR, RO, AM, AC, PA e AP e TO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	120 dias após a assinatura do contrato.
<b>Documento Técnico “D”</b> - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no terceiro ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares nos anos de 2017 a 2020, para os estados: MT, MS, GO, PR, RS e SC incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	150 dias após a assinatura do contrato

<b>Documento Técnico “E”</b> – Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados: BA, CE, AL, SE, MA, RN e PB incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	190 dias após a assinatura do contrato
<b>Documento Técnico “F”</b> – Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados: PI, AL, DF, MG, ES, RJ e SP incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	230 dias após a assinatura do contrato.
<b>Documento Técnico “G”</b> Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados: RR, RO, AM, AC, PA e AP e TO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	280 dias após a assinatura do contrato.
<b>Documento Técnico “H”</b> - Estudo propositivo sobre as emendas parlamentares e termos de compromisso vigentes, firmados com municípios no quarto ciclo do PAR cadastrados no SIMEC, com recursos provenientes de emendas parlamentares para os anos de 2021 a 2024, para os estados: MT, MS, GO, PR, RS e SC incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução, proposição de melhorias no processo e aguardando pagamento de itens pactuados.	330 dias após a assinatura do contrato.
<b>Valor total do contrato por consultor</b>	

## **8. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:**

8.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF;

## **9. PRAZO DE EXECUÇÃO:**

10.1 Prazo: 12 meses.

## **10. NÚMERO DE VAGAS:**

**10.1** Número de Vagas: 01 vaga.

## **11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

### **11.1 Experiência Profissional**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Pós-graduação em relações públicas, comunicação, gestão pública ou ciência política, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.	Especialização: 10 pontos Mestrado: 15 pontos Doutorado: 20 pontos.

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Experiência em cargo de nível superior; 4 pontos para cada ano de experiência além do obrigatório	Até 20
Experiência em consultorias no âmbito da administração pública federal. 10 pontos por ano.	Até 20

### **11.2 Entrevista**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Domina os assuntos relativos à sua contratação: será elaborado um teste com 4 questões sobre as ações relacionadas ao FNDE, valendo 2,5 ponto cada uma.	Até 15
Comunicação e interlocução durante a entrevista, considerando-se as habilidades no uso dos conhecimentos de suas experiências profissionais anteriores em matéria educacional.	Até 15
Demonstra disponibilidade e interesse especial no trabalho desenvolvido pelo órgão contratante nas políticas de melhoria da educação.	Até 10

## **12. CONSIDERAÇÕES**

### **12.1 Processo seletivo**

- a) A realização do Processo Seletivo é feita por comissão de seleção instituída especificamente para este fim.
- b) A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.
- c) A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

#### **13.1.1 Primeira Etapa – Análise de Currículos – PC**

- a) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos, conforme pontuação especificada neste Termo de Referência;
- b) serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital;
- c) as convocações para a entrevista seguirão o critério de obtenção de maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, incluindo os casos de empate.

### **13.1.2 Segunda Etapa – Pontuação de Entrevistas – PE**

- a) A etapa de entrevista será realizada conforme planejamento da Comissão de Seleção, observando os critérios do Termo de Referência e os princípios da Administração Pública Federal;
- b) A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência. Neste caso, as entrevistas poderão ser gravadas.
- c) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- e) em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
  - i) obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência;
  - ii) obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.

## **12.2 Considerações Gerais**

Os produtos deverão ser entregues, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

O consultor deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.